



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL Edital nº 030 de CAR - Seleção de Projetos de Extensão 2016

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°: 225114.1158.223068.16022016

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: PROJETO DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD) – CONSTRUINDO PONTES ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA BÁSICA (Cópia) 30-11-2015 (Cópia) 16-02-2016

TIPO DA PROPOSTA:

Projeto

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Andressa Mattos Salgado Sampaio

E-MAIL: andressa_salgado@ifsp.edu.br

FONE/CONTATO: / 012982831061



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°: 225114.1158.223068.16022016

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título: PROJETO DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD) – CONSTRUINDO PONTES ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA BÁSICA (Cópia) 30-11-2015 (Cópia) 16-02-2016

Coordenador: Andressa Mattos Salgado Sampaio / Docente

Tipo da Ação: Projeto

Edital: Edital nº 030 de CAR - Seleção de Projetos de Extensão 2016

Faixa de Valor:

Vinculada à Programa de Extensão? Sim

Nome do Programa de Extensão: GRUPO DE ESTUDOS E APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD) – CONSTRUINDO PONTES ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA BÁSICA

Instituição: IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Unidade Geral: PRX - Pró Reitoria de Extensão

Unidade de Origem: CAR - Caraguatatuba

Início Previsto: 01/03/2016

Término Previsto: 10/12/2016

Possui Recurso Financeiro: Não

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação:	680 horas
Justificativa da Carga Horária:	O projeto contará com 20hs semanais de trabalhos que incluirão visita às escolas com trabalho efetivo nas mesmas, reuniões, preparação de material pedagógico, elaboração de palestras e colóquios, coordenação de grupos de estudos, apresentação de trabalhos, entre outros.
Periodicidade:	Anual
A Ação é Curricular?	Não
Abrangência:	Municipal
Tem Limite de Vagas?	Não
Local de Realização:	Escolas Públicas da rede municipal de educação de Ubatuba e IFSP unidade câmpus Caraguatatuba.
Período de Realização:	Semanalmente com dias a definir com os participantes envolvidos na ação.
Tem Inscrição?	Não

1.3 Público-Alvo

Estudantes do curso de licenciatura da matemática, Professores de Matemática envolvidos com a inclusão escolar de alunos com diagnóstico ou em situação de investigação diagnóstica de TGD ou TEA.

Nº Estimado de Público: 44

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	1	3	0	0	0	4
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	40	0	0	0	0	40
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	41	3	0	0	0	44

Legenda:
 (A) Docente
 (B) Discentes de Graduação
 (C) Discentes de Pós-Graduação
 (D) Técnico Administrativo
 (E) Outro

1.4 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento:	Ciências Humanas » Educação » Tópicos Específicos de Educação » Educação Especial
Área Temática Principal:	Direitos Humanos e Justiça
Área Temática Secundária:	Educação
Linha de Extensão:	Pessoas com deficiências, incapacidades ou necessidades especiais

1.5 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

Este programa de extensão caracteriza-se pela realização de atividades de educação que estejam relacionadas à prática de ensino de professores de matemática na escola básica com vistas a inclusão escolar. As atividades de extensão serão realizadas nas escolas públicas do município de Ubatuba que tenham alunos com necessidades específicas (NEE's) em suas salas de aula. Após terem se apropriado de leituras fundamentais para conhecerem os principais pontos de discussão a respeito de temas como educação inclusiva, transtornos globais do desenvolvimento e espectro do autismo, e das dificuldades inerentes ao ensino de matemática junto aos alunos com esses diagnósticos, os alunos extensionistas irão acompanhar a prática de ensino dos professores das escolas participantes no programa. A partir da supervisão e orientação da proponente deste Projeto em parceria com o Departamento de Educação Especial da SME de Ubatuba, serão elaboradas as atividades de apoio ao ensino visando a ampliação das possibilidades de escolarização desses estudantes em situação de inclusão escolar. Em paralelo a essas atividades, a proponente deste projeto também estará supervisionando e coordenando ações de Iniciação em Pesquisa e de Curso de Formação Continuada (FIC) ambos vinculados ao mesmo eixo temático, o da inclusão escolar. Ou seja, todas as atividades de Extensão, IC e FIC, estarão vinculadas e inter relacionadas. Estas atividades terão dois enfoques – o da formação inicial e continuada visando a educação inclusiva, e o da prática do ensino da matemática nesse contexto. Para a execução das atividades o coordenador da ação selecionará três alunos bolsistas.

Palavras-Chave:

inclusão escolar, autismo, ensino de matemática, formação de professores

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

A proponente deste projeto tem formação e experiência relevante na área da educação inclusiva. No ensino superior tem trabalhado com as temáticas da Psicologia da Educação, Prática de Ensino, Avaliação da aprendizagem, Estágio Curricular Supervisionado, entre outros. Desenvolveu pesquisa no âmbito de Mestrado sobre o trabalho do professor frente a inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas. Atuou no programa de formação continuada de professores da SME de Curitiba nos anos de 2010 a 2014, atuou em projeto de extensão sobre a temática da inclusão escolar de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, da instituição SERPIA (sede em Curitiba) em parceria com a FAS (Fundação de Ação Social) de Curitiba nos anos de 2010 a 2012. Também foi professora na escola básica de 2001 a 2009, onde esteve comprometida com a inclusão escolar de crianças com deficiências físicas e transtornos globais do desenvolvimento. Cabe ressaltar que a proponente deste projeto já contactou a SME de Ubatuba, e o Departamento de Educação Especial, coordenado pela Sra. Beatriz Villaça, que está de acordo com tal proposta de trabalho e de portas abertas para o estabelecimento de pontes de contato institucional com os gestores, docentes e estudantes das escolas participantes do projeto.

1.5.1 Justificativa

A preocupação sobre as práticas inclusivas nas escolas públicas no Brasil começou após a Declaração de Salamanca, com desafios e dúvidas. Ainda hoje, passados cerca de 16 anos, os professores do ensino regular se queixam dizendo que não têm conhecimento suficiente ou preparo formal para lidar com crianças com necessidades educacionais especiais, especialmente quando estas apresentam disfunções graves, como o autismo e outros tipos de sofrimentos psíquico nomeamos de Transtornos Globais do Desenvolvimento. A colaboração entre profissionais do ensino superior comprometidos com a formação de professores e a escola básica regular pode e deve ser uma alternativa para enfrentar tais desafios. O objetivo deste programa de pesquisa, ensino e extensão que busca aproximar a o Instituto Federal de São Paulo, via câmpus Caraguatatuba dos professores do ensino básico da rede municipal de Ubatuba que têm alunos com necessidades específicas (NEE's) em suas salas de aula.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e a defesa dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação do ensino regular na perspectiva da educação inclusiva. A definição das necessidades educacionais especiais passou a ser amplamente disseminada a partir da Declaração de Salamanca, que estabeleceu como princípio que as escolas de ensino comum devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar de crianças com deficiência, que vivem nas ruas ou que trabalham, com altas habilidades, em desvantagem social, com diferenças linguísticas, étnicas ou culturais.

Ao ressaltar a interação das características individuais com o ambiente, o conceito de necessidades educacionais especiais desloca a ênfase das deficiências e desvantagens centradas exclusivamente no aluno para a escola e o contexto. Assim, proclama a organização de um sistema educacional capaz de definir estratégias, recursos e serviços para atender as especificidades dos alunos e produzir diferentes respostas da escola. Apesar das vantagens trazidas por este conceito, considerando a construção histórica da educação especial e da educação inclusiva em nosso país, a definição do conceito não impulsionou de imediato a educação no ensino regular, a realizar um conjunto de mudanças que possibilitassem a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado em paralelo. Tendo em vista a atual conjuntura, temos uma árdua tarefa nesse contexto, a de promover a inclusão escolar conforme a legislação propõe, e ao mesmo tempo reconsiderar práticas e revisar concepções de todos os profissionais envolvidos, reformar prédios, criar políticas públicas, fomentar pesquisas, viabilizar acesso ao tratamento e à informação, dentre outros.

A ressignificação do conceito de inclusão escolar a partir da compreensão de que as pessoas se modificam transformando o contexto no qual se inserem, permite uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão e ausência de atenção às especificidades desses alunos. Este entendimento enfatiza a importância de ambientes heterogêneos para a aprendizagem de todos os alunos e aponta para a superação de práticas pedagógicas incompatíveis com a complexidade dos processos de ensinar e de aprender.

Considerando o exposto, é importante salientar que o município de Ubatuba, como todos os demais municípios brasileiros, tem se empenhado para traçar estratégias de atendimento visando a efetiva escolarização dos estudantes com necessidades educacionais específicas, no entanto os desafios quando se trata de autismo ou Transtornos Globais do desenvolvimento são ainda maiores. A Secretaria Municipal de Educação, deste município reuniu forças e organizou seu Departamento de Educação Especial, que atualmente conta com uma equipe de apoio multidisciplinar para sustentar a inclusão escolar na rede, e hoje é representada, dentre outras ações, pelo Projeto Ciranda. Esse projeto tem por objetivo estabelecer uma política pública municipal para alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse projeto, é considerado aluno com NEE todos aqueles que apresentam algum tipo de deficiência; vulnerabilidade social; distúrbios de linguagem e fala, atraso no desenvolvimento motor, entre outros. O projeto dentre várias atividades, objetiva também promover formação continuada aos professores da rede. Nesse sentido, a presente proposta da ação de extensão, tem por objetivo somar forças com a rede de Educação Municipal de Ubatuba na visada da inclusão escolar, oferecendo na troca de saberes e experiências, via formação continuada, pesquisa, e atividades colaborativas de apoio à prática de ensino dos professores. É sabido entre todos os envolvidos com a inclusão escolar, que os esforços de viabilizar

atendimento clínico, fazer uso de tecnologia assistiva, e/ou promover acessibilidade física, entram quando a formação pedagógica, ou a formação inicial dos professores carrega crenças ou concepções equivocadas a respeito do ensino e aprendizagem de estudantes autistas. Assim, um planejamento eficaz para a educação inclusiva precisa estar alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão, sem deixar de fora também as políticas de saúde mental. Planejar e executar tais ações envolve decisores que ultrapassam ações ou esforços individuais.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 que delega funções no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, na sua meta 4 indica que a inclusão escolar é uma grande empreitada de todos os municípios brasileiros:

“Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Dentre os compromissos assumidos pelos Estados para assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena está a adoção de medidas para garantir que:

- As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. (Convenção da ONU, 2006, Art.24).

Nessa direção, as Diretrizes Curriculares para Cursos de Formação de Professores referem-se à formação para o exercício da docência na educação básica, nos cursos educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Conforme Resolução CNE/CP Nº 1/2006, Art. 8º, III, no projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de: atividades complementares de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais.

Assim, para complementar a formação adquirida na graduação, objetivando a atuação na escolarização de alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e/ou outros transtornos psíquicos, é necessário que ofertados espaços de formação continuada que deem voz aos profissionais envolvidos com tal tarefa, que aprofundem concepções no campo da educação inclusiva, bem como possibilite a revisão das práticas educativas. É urgente que ações nesse sentido sejam concretizadas e não apenas pensadas. Dados do Novo Plano Nacional para a Educação 2014-2024 apontam que o esforço conjunto de sistemas e redes de ensino em garantir o pleno acesso à educação a todos os alunos atendidos pela educação especial, conforme evidenciam as matrículas nas redes públicas nos últimos anos foi intenso. Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013 indicam que, do total de matrículas daquele ano (843.342), 78,8% concentravam-se nas classes comuns, enquanto, em 2007, esse percentual era de 62,7%. Também foi registrado, em 2013, que 94% do total de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns do ensino regular se concentraram na rede pública. Tais dados indicam que houve crescimento de 2,8% no número de matrículas nessa modalidade de ensino no ano de 2013 em relação a 2012, passando de 820.433 matrículas para 843.342. Também ocorreu crescimento de 4,5% no número de incluídos em classes comuns do ensino regular e na educação de jovens e adultos (EJA) e, ao mesmo tempo, redução de 2,6% no número de matrículas em classes e escolas exclusivas.

Uma análise inicial desses dados revela o esforço na implementação de uma política pública de universalização do acesso a todos os educandos, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais na perspectiva da inclusão escolar. Ou seja, a universalização do acesso está sendo contemplada, agora é preciso olhar para a qualidade do trabalho que esses alunos encontram quando acessam a escola regular. Apesar de todo esse esforço, há ainda um grande desafio para promover

educação inclusiva com qualidade. Deste modo, com o objetivo de estabelecer parcerias entre a formação inicial de professores do curso de licenciatura em matemática do IFSP câmpus Caraguatatuba e os profissionais comprometidos com a inclusão escolar da rede municipal de Educação de Ubatuba, propõe-se esse programa de Extensão que tem motivos para ser um diferencial para a formação profissional e humana de todos os envolvidos.

1.5.2 Fundamentação Teórica

Inclusão é a palavra de ordem em todas as escolas brasileiras na atualidade. Essa afirmativa quer dizer que, obedecendo às regulamentações federais, estaduais e municipais, tornou-se obrigatório que crianças com as mais variadas dificuldades físicas ou psíquicas vão à escola.

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial produzida pela UNESCO em 1994, em nome de uma educação para todos, propõe a concepção de Inclusão Escolar ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais”, estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades diferenciadas decorrentes de suas características de aprendizagem.

O princípio sugere que as escolas devem acolher a todas as crianças, com programas pedagógicos centrados na necessidade da criança, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. Nesse novo conceito estão contempladas não apenas as pessoas com algum tipo de deficiência, mas também aquelas que definitivamente ou temporariamente apresentam alguma necessidade que a impeça de acompanhar, regularmente, o currículo proposto pela escola. Abarca, portanto, também crianças que estão inseridas na categoria psiquiátrica T.G.D - Transtornos Globais do Desenvolvimento, mesmo que, a princípio não se indague se essas crianças podem usufruir de um processo de escolarização nos moldes da pedagogia vigente.

As crianças com T.G.D, para a Psicanálise, fazem parte da categoria que compõe o diagnóstico de Autismo e Psicose Infantil. No território clínico há uma variedade conceitual que inclui esses quadros, que ainda não apresentam definições precisas (Kupfer, 2007 p.44). Assim, quando falamos aqui de T.G.D, ou autismo e psicose, estamos falando de crianças em sofrimento psíquico, segundo o referencial psicanalítico. Essas crianças apresentam dificuldades na circulação social oriundas das suas diferentes formas de se relacionar com o outro. A acolhida da sua singular forma de ser e estar no mundo exige da escola diversos ajustes. Por vezes, as condições subjetivas dessas crianças desvendam que os métodos pedagógicos não operam como o esperado. Sendo assim, neste cenário um tanto complexo e instável da educação inclusiva, é preciso investigar o que significa para essas crianças ir à escola, e, para os professores, educar essas crianças. Isso quer dizer que estudar e praticar a educação inclusiva sugere repensar concepções até então cristalizadas e intocáveis.

Embora no Brasil a inclusão escolar tenha se legitimado através de leis e decretos que visam garantir o acesso das crianças com T.G.D à escola, a proposta e o imperativo da lei não garantem que essas crianças, e também os seus professores, estejam realmente usufruindo dos seus direitos enquanto cidadãos. Os impasses vividos pelos professores e pelas crianças incluídas são inúmeros, e por isso têm sido alvo de significativas controvérsias. Sabe-se que muitas escolas constroem um sistema de ensino paralelo, separando as crianças incluídas das demais, valendo-se neste momento de um tutor ou professor particular, sob a justificativa de que assim essas crianças teriam maiores chances de desenvolver as habilidades necessárias para a sua faixa etária. As polêmicas acerca da inclusão de crianças autistas e psicóticas envolvem, sobretudo, queixas relacionadas à falta de capacitação dos professores da escola regular; falta de recursos educativos, e falta de apoio interdisciplinar.

Pensar a escola como espaço profícuo para a construção de um lugar social para essas crianças é de fato uma proposta já por si honrosa, já que possibilita avançar no sentido de uma sociedade que não segregava o diferente. No entanto, o que se observa é que a inclusão “em massa” tem incorrido em um sem número de equívocos. Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que o número de crianças com necessidades educacionais especiais – NEE - incluídas na escola regular, vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. No Brasil, a evolução das matrículas em escolas regulares/classes comuns indica que, entre 2002 e 2006, houve crescimento de 194% das matrículas inclusivas, com crescimento de 175% em escolas com apoio pedagógico especializado e 208% em escolas sem apoio pedagógico especializado. O último censo da educação especial em 2006 indica os dados a seguir explicitados nos dados a seguir:

Condutas típicas Autismo
Matrículas em 2006 95.860 11.215
Na Escola especial 22.280 7.513
Na Escola regular 73.780 3702

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no último censo da educação especial em 2006 no Brasil. Evolução da Educação Especial no Brasil.

O conjunto desses dados demonstra a necessidade de maiores investimentos acerca das condições pedagógicas de trabalho efetivo na inclusão dessas crianças na rede regular de ensino. Nos estudos sobre as estatísticas há quem defenda que o aumento no número de matrículas indique o sucesso da educação inclusiva. Não obstante, mesmo considerando a relevância dos números para a proposta em pauta, é preciso advertir que tais números não garantem o bem-estar dos professores e das crianças envolvidos em tais processos.

Entre os pesquisadores há quem diga que o fator decisivo para o sucesso da educação inclusiva é a boa vontade, o interesse do professor em aceitar o desafio de incluir crianças com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula. Para autores como Jerusalinsky (1999) e Kupfer (2001) a educação inclusiva envolve uma gama de fatores relacionados aos aspectos históricos, políticos e culturais que devem ser cuidadosamente considerados. Kupfer (ibidem, p.86-87) vai além e faz uma crítica a alguns teóricos que preconizam o ideário da inclusão “a qualquer custo”, justificando que, na educação inclusiva de crianças com TGD (transtornos globais do desenvolvimento), o professor precisa sustentar sua função de produzir enlace, em acréscimo a sua função pedagógica, e, para isso, necessita do apoio de uma equipe de profissionais dispostos a ouvir esse professor e ajudá-lo a pensar a sua prática.

Jerusalinsky e Páez (1999, p.15-21) ao arrazoarem sobre a importância de o movimento da educação inclusiva ter vindo para corrigir os equívocos originários de práticas sociais discriminatórias, criticam que, ao abrir as portas da escola regular para todos, “não se desenvolveram os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão”.

Nessa direção, acredita-se que um processo contínuo de interlocução entre professores e uma equipe interdisciplinar de apoio faz-se imprescindível. Jerusalinsky (1999 p.145-153) chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de uma estrutura institucional interdisciplinar no campo escolar para ajudar os professores a sustentar o seu trabalho com as crianças com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), considerando as suas peculiaridades da sua relação com o Outro e, conseqüentemente com a aprendizagem. Na opinião de Meira (2006, p.47) o professor “inclusivo” deve saber acerca das diferentes posições subjetivas que uma criança pode vir a constituir para poder entender de que lugar a criança fala ou não, e em que lugar ele é colocado transferencialmente por ela. E, a partir daí em que lugar a aprendizagem se insere”.

Nesse contexto, pode-se entender que não basta somente uma política pública ou uma reorganização curricular, mas, também um conhecimento das características próprias dessas crianças nas suas particulares formas na relação ao outro, ao saber e à satisfação, sendo necessário ao campo da educação uma revisão das concepções educativas. Para que a inclusão dessas crianças possa efetivar-se sem transformar-se em um ato de mera aparência, é preciso situar a reflexão. Nesse sentido, explica Fernando Colli (1997):

“Pode-se dizer com isso que o desafio da escola que quer ser inclusiva, embora apaixonante, implica muito trabalho, pois se trata de revisar concepções e práticas que pressupõem que a educação só é proveitosa se realizada com grupos homogêneos. Queremos dizer também que é preciso que a escola reflita sobre o aprender a mover-se em uma realidade heterogênea, que pode ser muito mais rica e sem dúvida mais justa para as crianças” (COLLI, 1997, p. 32).

Diante disso, entende-se ser imprescindível investir em espaços de reflexão e escuta sistemática dos professores atuantes nesta modalidade de ensino, conduzidos por uma prática interdisciplinar de profissionais dispostos a interagir, a acompanhar e a sustentar com esses professores a inclusão escolar

dessas crianças na escola regular. Neste trabalho, será utilizado o termo interdisciplinar tendo como referência o entendimento de autores como Jerusalinsky (1999), Colli (2005) Kupfer (2001) e Bastos (2005), para designar a interlocução de professores, pedagogos, diretores ou profissionais da educação com os profissionais das mais diversas áreas que atendem a crianças autistas e psicóticas em situação de inclusão escolar. Sobre a importância dessa interlocução, Kupfer (2001) assinala que os discursos institucionais que se dão na escola tendem a reproduzir repetições, na tentativa de conservar o igual e garantir a sua permanência, mas, contra isso, insurgem vez por outra, “falas de sujeitos que buscam operar rachaduras no que está cristalizado” (ibidem p.136).

Contrariamente ao que diz o senso comum, o trabalho docente é uma ação de extrema complexidade. O movimento de discutir, refletir e reinventar a própria prática é necessário para que possam ser identificados os efeitos da idealização no ato educativo e principalmente na educação inclusiva. No processo de inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas é muito comum possibilidades e limites institucionais se confundirem na concretização dos processos de ensino-aprendizagem, com as possibilidades e os limites subjetivos dos professores e alunos.

A literatura sobre a educação inclusiva aponta várias estratégias para as escolas minimizarem as barreiras de aprendizagem e caminhar em direção à qualidade de ensino para todos os alunos. Entre essas estratégias, destacam-se a recomendação de oferecer informações e quebrar mitos e preconceitos; garantir formação permanente para todos os profissionais envolvidos no processo; valorizar o professor, que é o responsável por importantes tarefas da escola; e estabelecer sistemas de colaboração e/ou de cooperação, criando e/ou fortalecendo uma rede de apoio. Enfim, os estudos sobre a inclusão escolar têm forçado a adesão ao princípio de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes compostas por um grupo de pessoas cujas respostas e funções sejam derivadas de filosofia e objetivos mútuos. Muitas pesquisas na área defendem que projetos de colaboração entre professores, pais e demais profissionais das escolas, que têm sido implementados para atender à diversidade, já são reconhecidos como estratégias poderosas e bem sucedidas. O poder desse tipo de trabalho está na capacidade de encontrar educadores com talento e habilidades únicos para promover sentimento positivo interdependente para desenvolver as habilidades criativas de solução de problemas, bem como para promover apoio mútuo e responsabilidade compartilhada.

Neste projeto utilizaremos esta concepção de trabalho colaborativo interdisciplinar, onde todos os envolvidos, profissionais da educação, estudantes da graduação e profissionais especializados, dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a os processos de ensino aprendizagem de um grupo heterogêneo de estudantes diagnosticados ou em processo de diagnóstico de autismo ou TGD. É um programa que visa aproximar as práticas de pesquisa da universidade e da escola básica no que diz respeito à inclusão escolar, como um modo de apoiar o trabalho de escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas.

1.5.3 Objetivos

- 1) Favorecer o desenvolvimento da educação inclusiva no município de forma a garantir a médio e longo prazo a ampliação do acesso a melhores oportunidades escolarização para alunos com necessidades educacionais específicas como o caso do autismo;
- 2) Promover contribuições para a qualidade do ensino de matemática oferecido aos alunos com necessidades educacionais específicas como no caso do autismo;
- 3) Oferecer aos estudantes de licenciatura em matemática a experiência prática em equipes de estudo e apoio pedagógico interdisciplinares;
- 4) Ampliar as oportunidades desses estudantes em experimentar habilidades de reflexão sobre a prática e relacionar teoria e prática em situações reais de trabalho;
- 3) Oferecer aos alunos participantes a oportunidade de formação teórico-prática em locais emergentes de trabalho na sociedade, como é o caso do apoio à inclusão escolar.

1.5.4 Metodologia e Avaliação

O trabalho iniciará com reuniões doas alunos bolsistas com o coordenador, com o enfoque na leitura do projeto para desenvolvimento das ações propostas, seguida da apresentação das atividades a serem

realizadas, e do informe de um cronograma contendo metas e datas para a realização das ações propostas e seu registro. Adiante serão realizadas leituras, discussões e fichamentos de textos na área temática para que os estudantes desenvolvam domínio do conhecimento científico necessário. O início da ação, junto às escolas-parceiras, ocorrerão a partir de uma primeira reunião dos estudantes envolvidos, o coordenador do projeto, e a coordenadora do departamento de educação especial da SME de Ubatuba. Nesse momento os estudantes se apropriarão dos dados quantitativos e qualitativos a respeito da situação da inclusão escolar de crianças e adolescentes com TGD na rede. Em seguida, uma palestra ministrada pelo coordenador do projeto será realizada com todos os professores, e os estudantes extensionistas. Nessa ocasião os professores que tenham incluídos nas suas salas de aula, alunos com diagnóstico de TGD ou em processo de diagnóstico, serão convidados a participar do projeto. Realizados os primeiros encontros, os professores interessados em participar do projeto serão entrevistados, e as ações em campo serão iniciadas.

As ações desenvolvidas:

- a) Observação e registro, através de observação, entrevistas e encontros em grupo, no ambiente escolar, das situações problemas enfrentadas pelos professores atuantes na inclusão escolar de estudantes diagnosticados com TGD;
- b) Participação voluntária de todos os envolvidos no curso FIC ofertado na rede pelo coordenador deste Programa sobre a temática da inclusão escolar.
- c) Estudo e discussão das situações levantadas visando a resolução de problemas;
- d) Elaboração e execução de propostas e intervenções para apoio aos processos de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes participantes;
- e) Intercâmbio com a produção do projeto de Iniciação Científica do coordenador deste programa e do aluno bolsista, visando aprofundamento teórico;
- f) Acompanhamento e análise do desenvolvimento das ações de apoio ao processo de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes envolvidos com o projeto;
- g) Organização e execução de um evento acadêmico para divulgação das boas práticas entre a comunidade escolar;
- h) Construção de artigo científico e relatório final.

1.5.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades a serem desenvolvidas possuem caráter interdisciplinar, congregam o ensino, a pesquisa e a extensão de forma articulada e tem como foco de atenção o tema inclusão escolar, mais especificamente, a inclusão de alunos com transtornos globais do desenvolvimento na escola regular.

Dentre as atividades que serão desenvolvidas, destacam-se: mapeamento das dificuldades/necessidades formativas dos professores que atuam em escolas da Rede pública da cidade de Ubatuba, com relação à temática da inclusão; construção de espaços colaborativos de reflexão e formação continuada, que agreguem a escola e a universidade em torno dos temas identificados na investigação; aprofundamento do tema, através de grupos estudos com os graduandos e representantes das escolas interessadas.

Os pressupostos teóricos que sustentam as discussões do grupo centram-se nas concepções de formação que reconhecem a escola como espaço potencial de formação e os professores como agentes produtores do conhecimento. Estes pressupostos definem o tipo de relação estabelecida entre o projeto do curso com os participantes. Trata-se de uma relação de cooperação e mútua formação, que busca romper com o histórico hiato entre a pesquisa acadêmica e a realidade do cotidiano do trabalho docente.

1.5.6 Avaliação Pelo Público

A cada Trimestre serão realizadas reuniões específicas os participantes colaboradores do projeto, coordenador, professores e equipe da SME para discutir o desenvolvimento das atividades. Nessa reunião serão realizadas atividades de hetero-avaliação e auto-avaliação. A escolha por esse tipo de avaliação se dá por configurar-se como processo contínuo que permite, aos membros envolvidos no processo formativo, um processo de reflexão sobre a qualidade do que fazem que impacta diretamente em uma autoconsciência do grupo de trabalho.

Pela Equipe

A cada Trimestre serão realizadas reuniões específicas com os membros executores do projeto, coordenador, estudantes da graduação e equipe da SME para discutir o desenvolvimento das atividades. Nessa reunião serão realizadas atividades hetero-avaliação e de auto-avaliação. A escolha por esse tipo de avaliação se dá por configurar-se como processo contínuo que permite, aos diversos atores envolvidos no processo formativo, sejam docentes, discentes ou corpo técnico-administrativo, um processo de reflexão sobre a qualidade do que fazem que impacta diretamente em uma autoconsciência do grupo de trabalho.

1.5.7 Referências Bibliográficas

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº13005/14, de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação 2014-2024.

BUENO, S. G. J. Educação Especial Brasileira: Inclusão/Integração do aluno diferente. São Paulo, EDUC, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. Três conselhos para a educação das crianças. In: EDUCA-SE UMA CRIANÇA? Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

COLLI, F. (Col). Uma travessia pelo Ponte. In: ESTILOS DA CLÍNICA: Revista sobre a Infância com Problemas. São Paulo, Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, ano 2, n.02, 1997.

COLLI, Fernando (org). Inclusão escolar – Travessias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios políticos e prática em educação especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

FILLIDORO, N. Adaptações Curriculares. In: ESCRITOS DA CRIANÇA. n.06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Dados finais do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2009. Anexo II. Endereço eletrônico: Acesso em: 29 de Junho 2010 23h43min.

JERUSALINSKY, Alfredo N. Psicanálise do autismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

_____. Psicanálise e desenvolvimento infantil. 2ª ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: Artes Médicas,

1999.

KUPFER, Maria Cristina M. Freud e a educação: o mestre do impossível. São Paulo, Scipione, 1989.

_____. Educação terapêutica: o que a psicanálise pode pedir à educação. In: ESTILOS DA CLÍNICA: Revista sobre a Infância com Problemas. São Paulo, Pré Escola Terapêutica Lugar de Vida, ano 2, n.02, 1997.

_____. Duas notas sobre inclusão escolar. In: ESCRITOS DA CRIANÇA. n.06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

_____. Freud e a educação dez anos depois. In: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE / Associação Psicanalítica de Porto Alegre. –nº16, 1999.

LAJONQUIERE, L. Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica: escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. De Piaget a Freud – Para repensar as aprendizagens A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber, Petrópolis/RJ: Vozes. 2001

_____. Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SALGADO, M. A. Passos e Impasses na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas: Da incerteza de saber, a figura do professor e o olhar para o sujeito. In: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.20/21, n.1/2, p. 6787, jan.dez. 2011/2012

1.5.8 Observações

1.6 Divulgação/Certificados

Meios de Divulgação:	Internet
Contato:	Site do IFSP câmpus Caraguatatuba. Profa.Andressa Mattos Salgado Sampaio, câmpus IFSP Caraguatatuba andressa_salgado@ifsp.edu.br Secretaria Municipal da Educação de Ubatuba, Departamento de Educação Especial, Prof. Beatruz Villaça.
Emissão de Certificados:	Participantes, Equipe de Execução
Qtde Estimada de Certificados para Participantes:	40
Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução:	4
Total de Certificados:	44
Menção Mínima:	
Frequência Mínima (%):	0

Justificativa de Certificados:

1.7 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos: Não

1.8 Anexos

Nome	Tipo
termoadesao_anuencia	Declarações de Anuência_Projeto
termo_voluntariado_a	Termo Voluntariado
termo_compromisso_ex	Termo de compromisso
copia_diploma_mestre	Certificado de maior escolaridade
termoadesao_anuencia	FC - Declaração de anuência
termo_compromisso_ex	Termo de compromisso_FC

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da IFSP

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Dedicação exclusiva	IFSP	644 hrs	Coordenador da Ação, Gestor

Discentes da IFSP

Não existem Discentes na sua atividade

Técnico-administrativo da IFSP

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a IFSP

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Andressa Mattos Salgado Sampaio

RGA:

CPF: 04401617975

Email: andressa_salgado@ifsp.edu.br

Categoria: Professor de Ensino Superior

Fone/Contato: / 012982831061

2.2 Cronograma de Atividades

Atividade: Acompanhamento e análise do desenvolvimento das ações de apoio ao processo de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes envolvendo com o projeto;

Início: Abr/2016 **Duração:** 9 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Construção de artigo científico e relatório final

Início: Dez/2016 **Duração:** 1 Mês

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Elaboração e execução junto aos alunos extensionistas de propostas e intervenções para apoio aos processos de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes participantes;

Início: Jun/2016 **Duração:** 6 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Estudo e discussão das situações levantadas visando a resolução de problemas junto aos estudantes extensionistas e professores participantes do programa;

Início: Jun/2016 **Duração:** 6 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Intercâmbio com a produção do projeto de Iniciação Científica do coordenador deste programa e do aluno bolsista, visando aprofundamento teórico;

Início: Abr/2016 **Duração:** 9 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 8 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 8 horas/Mês)

Atividade: Organização e execução de um evento acadêmico para divulgação das boas práticas entre a comunidade escolar;

Início: Out/2016 **Duração:** 1 Mês

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Orientação e dos alunos extensionistas para, através de observação, entrevistas e encontros em grupo, no ambiente escolar, levantarem as situações problemas enfrentadas pelos professores atuantes na inclusão escolar de estudantes diagnosticados com TGD;

Início: Mai/2016 **Duração:** 1 Mês
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Palestra ministrada pelo coordenador do projeto será realizada com todos os professores, e os estudantes extensionistas. Nessa ocasião os professores que tenham incluídos nas suas salas de aula, alunos com diagnóstico de TGD ou em processo de diagnóstico, serão convidados a participar do projeto

Início: Abr/2016 **Duração:** 1 Semana
Somatório da carga horária dos membros: 4 Horas Total
Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 4 horas Total)

Atividade: Participação voluntária de todos os envolvidos no curso FIC ofertado na rede pelo coordenador deste Programa sobre a temática da inclusão escolar.

Início: Mar/2016 **Duração:** 10 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês
Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Reunião dos estudantes envolvidos, o coordenador do projeto, e a coordenadora do departamento de educação especial da SME de Ubatuba. Nesse momento os estudantes se apropriarão dos dados quantitativos e qualitativos a respeito da situação da inclusão escolar de crianças e adolescentes com TGD na rede.

Início: Abr/2016 **Duração:** 1 Mês
Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês
Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Seleção dos estudantes bolsistas.

Início: Mar/2016 **Duração:** 1 Semana
Somatório da carga horária dos membros: 4 Horas Total
Responsável: Andressa Mattos Salgado Sampaio (C.H. 4 horas Total)

Responsável	Atividade	2016											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Participação voluntária de todos os envolvi...	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Andressa Mattos Salgado Sampaio	Seleção dos estudantes bolsistas.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Acompanhamento e análise do desenvolvimento...	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Intercâmbio com a produção do projeto de In...	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Palestra ministrada pelo coordenador do pro...	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Reunião dos estudantes envolvidos, o coorde...	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Orientação e dos alunos extensionistas para...	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Elaboração e execução junto aos alunos exte...	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Estudo e discussão das situações levantadas...	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Organização e execução de um evento acadêmi...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
Andressa Mattos Salgado Sampaio	Construção de artigo científico e relatório...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

, 29/02/2016

Local

Andressa Mattos Salgado Sampaio
Coordenador(a)/Tutor(a)
